

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: agregando, incluindo e almejando oportunidades

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 1 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-418-4

DOI 10.22533/at.ed.184202509

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Elisangela Alves dos Reis	
Patrícia de Oliveira Santana	
Patrícia Sanches Hipolito	
DOI 10.22533/at.ed.1842025091	
CAPÍTULO 2	13
METODOLOGIAS DE ENSINO APRENDIZAGEM, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS	
Elis Regina Vasconcelos Farias	
Francisco Jadson Franco Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025092	
CAPÍTULO 3	22
AVALIANDO AS BANCAS AVALIADORAS. CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Anderson Paulino de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1842025093	
CAPÍTULO 4	34
PROJETO EAD NA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES	
Rosanni Machado da Costa	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.1842025094	
CAPÍTULO 5	53
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS PARA LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	
Tatiana da Conceição Gonçalves	
Mônica do Socorro de Jesus Chucre	
DOI 10.22533/at.ed.1842025095	
CAPÍTULO 6	63
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES NO BRASIL (2005-2020)	
Aldirene Pinheiro Santos	
Uilde de Santana Menezes	
Degenaura Gomes de Andrade Stefaniu	
Antônio Perez Stefaniu	
DOI 10.22533/at.ed.1842025096	

CAPÍTULO 7	76
DO RIO SÃO FRANCISCO AO SERTÃO NA CARAVANA ALAGOANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Mércia Lamenha Medeiros	
Lenilda Austrilino	
Auxiliadora Dammiane Pereira Vieira Costa	
Francisco José Passos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.1842025097	
CAPÍTULO 8	85
VIVÊNCIAS DOCENTES E A TRANSIÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Andréa Cristina Batista dos Santos	
Anilton Salles Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.1842025098	
CAPÍTULO 9	108
EDUCAÇÃO E RECURSOS TECNOLÓGICOS: CONCEPÇÕES DO MEDIADOR E SUA RELEVÂNCIA PARA O ENSINO INCLUSIVO	
Igor Araújo	
Bruno Araújo de Souza	
Nayara Cardoso Barros	
Carla Heloísa Luz de Oliveira	
Tiffani Carla da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025099	
CAPÍTULO 10	123
INCLUSÃO QUALIFICADA: O LUGAR DA ESCUTA NO PROCESSO SELETIVO DISCENTE DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO BAIXO SUL DA BAHIA-BRASIL	
Joana Maria de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18420250910	
CAPÍTULO 11	139
TEORIAS APLICÁVEIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL, SOB A PERSPECTIVA DO COGNITIVISMO: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, CAMPOS CONCEITUAIS E TEORIA DOS MODELOS MENTAIS	
Virgínia Maia de Araújo Oliveira	
Rosejane Cristina Almeida Costa	
Giselle Christine Lins Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.18420250911	
CAPÍTULO 12	153
A LDB E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE A LEI Nº 4.2461 E A LDB Nº 9394/96	
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa	
Bárbara Ellen Rebouças Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.18420250912	

CAPÍTULO 13.....	167
A EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DO DOCENTE	
Marlise Márcia Trebien	
Jaci Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250913	
CAPÍTULO 14.....	177
“TDAH DEPOIS DE GRANDE?” IMPLICAÇÕES DA DESCOBERTA TARDIA DO TDAH EM UMA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA	
Kevin Ferreira Corcino	
Thales Fabricio da Costa e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250914	
CAPÍTULO 15.....	193
A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA – IMPACTOS NA GESTÃO E NA MATRIZ CURRICULAR	
Adelcio Machado dos Santos	
Manoel Leandro Fávero	
Daniel Tenconi	
DOI 10.22533/at.ed.18420250915	
CAPÍTULO 16.....	199
ENSINO FUNDAMENTAL: ROTATIVIDADE DOCENTE E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NUMA ESCOLA MUNICIPAL EM SÃO MATEUS/ES	
Rita de Cássia Correia Maciel dos Santos	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.18420250916	
CAPÍTULO 17.....	215
INTERVENÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA DE UM ALUNO AUTISTA	
Cláudia Inês Pelegrini de Oliveira Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.18420250917	
CAPÍTULO 18.....	231
CURRÍCULO TRADICIONAL, EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cecília Aguirre	
DOI 10.22533/at.ed.18420250918	
CAPÍTULO 19.....	243
UM OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO ANTE AOS DESAFIOS DO PNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OFERTA E QUALIDADE NO MUNICÍPIO DE MANAUS	
Gerlúcia Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.18420250919	

CAPÍTULO 20.....	253
MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA INFANTIL: DISPOSITIVOS LEGAIS E INTERDISCIPLINARES	
Ana Maria Vargas da Silva	
Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis	
DOI 10.22533/at.ed.18420250920	
CAPÍTULO 21.....	269
A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS, PARA QUE ESTAS SEJAM INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO	
Alda Lucia Souza Lopes da Silva	
Luiz Ortiz Jeménez	
DOI 10.22533/at.ed.18420250921	
CAPÍTULO 22.....	283
OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: PORQUÊS MATEMÁTICOS NO ENSINO SUPERIOR	
Abigail Fregni Lins	
Sergio Lorenzato	
Danielly Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.18420250922	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	298
ÍNDICE REMISSIVO.....	299

CAPÍTULO 3

AVALIANDO AS BANCAS AVALIADORAS. CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 18/08/2020

Anderson Paulino de Souza

<http://lattes.cnpq.br/8525879654055311>

RESUMO: Através da Resolução SME Nº 1.133 de maio de 2011, a Secretaria Municipal de Educação da cidade do RJ (SME/RJ) instituiu um procedimento de seleção de candidatos ao cargo de diretor escolar. Dentre as exigências do processo, uma delas era a apresentação de um Plano de Gestão para uma banca avaliadora. Este artigo discute as contradições entre a ideia de avaliação e sua função social defendida na SME/RJ e a efetivamente praticada. Trata-se de um estudo de caso onde após “peregrinar”, sem êxito, por dez bancas avaliadoras de escolas em vacância em seis diferentes Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) propõe-se sugestões para o aprimoramento desse processo seletivo a partir de uma avaliação das bancas avaliadoras. É comum criticarmos o uso autoritário, excludente e excessivamente subjetivo do instrumento de avaliação pelo professor em sala de aula, entretanto, quando servidores do nível central e intermediário estão na posição de avaliadores, contraditoriamente, incorrem nos mesmos ‘tropeços pedagógicos’ que desejam ver superados. Urge reduzir a distância entre o que se diz e o que se faz.

PALAVRAS - CHAVE: Avaliação, Avaliação democrática, gestão escolar.

EVALUATING EVALUATING BANKS. CONTRIBUTIONS TO IMPROVE SCHOOL MANAGEMENT IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: Through SME Resolution No. 1,133 of May 2011, the Municipal Department of Education of the city of RJ (SME / RJ) instituted a procedure for selecting candidates for the position of school director. Among the requirements of the process, one of them was the presentation of a Management Plan for an evaluation panel. This article discusses the contradictions between the idea of evaluation and its social function defended in SME / RJ and that effectively practiced. This is a case study where after “wandering”, unsuccessfully, by ten evaluation boards of vacant schools in six different Regional Education Coordinators (CRE), suggestions are made for improving this selective process based on an evaluation evaluation boards. It is common to criticize the authoritarian, exclusive and excessively subjective use of the assessment instrument by the teacher in the classroom, however, when central and intermediate level employees are in the position of evaluators, contradictorily, they incur the same ‘pedagogical stumbling blocks’ that they wish to see overcome . There is an urgent need to reduce the distance between what is said and what is done.

KEYWORDS: Evaluation, Democratic evaluation, School Management.

1 | INTRODUÇÃO

A SME/RJ concede em sua proposta curricular que aposta numa avaliação que

“abranja todas as facetas do ato de educar” (Multieducação, 1996, p.385), que não se restrinja a simples aferição de informações, que promova a aprendizagem e o aprimoramento do avaliado, que valorize o diálogo e os saberes do avaliado, que não abandone os aspectos formais, mas que privilegie os espaços/tempos informais onde o avaliado também demonstra muito do que sabe; que inclua a autoavaliação e que jamais se utilize a avaliação como instrumento de punição.

Através da Resolução SME Nº 1.133 de maio de 2011, instituiu-se um procedimento de seleção de candidatos ao cargo de diretor escolar onde, dentre outros, está a exigência da apresentação de um Plano de Gestão pelo candidato à uma banca avaliadora composta por servidores do nível central e das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE).

Entre 11 de dezembro de 2014 e 04 de agosto de 2017, participamos de 10 tentativas de assumir a direção de escolas em vacância. Não termos sido selecionado para nenhuma delas não é o que nos move aqui, pois isso faz parte de todo processo seletivo. Este texto nasce da constatação irrequieta das fragilidades registradas nas observações, justificativas e conceitos concedidos pelos avaliadores. Há vícios e contradições que além de agredirem a própria proposta da rede, são idênticos àqueles tão criticados pelo próprio nível central ao se referirem aos modos como muitos professores avaliam seus alunos. Avaliação é um tema periclitante, complexo e que dificilmente escapa de certa dose de injustiça, imprecisão e incompletude. Ainda que não seja viável pleitear precisão milimétrica ou que os avaliadores sejam radicalmente imparciais, não seria justo decairmos no oposto ficando à mercê da falta de parâmetros claros e minimamente compreensíveis, quantificáveis e discutíveis.

2 I DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DO PROCESSO AVALIATIVO

O instrumento utilizado pelas bancas avaliadoras está condensado numa folha onde há espaços para o registro das observações e das justificativas e análises da banca e das assinaturas dos seus componentes, contém uma tabela com onze aspectos analisados e para cada um desses são atribuídos os conceitos Ótimo (O), Muito Bom (MB), Bom (B), Regular (R) e Insuficiente (I).

Os 11 itens analisados pelos membros das bancas são: (1) Assiduidade e pontualidade; (2) Aspectos da vida funcional; (3) Aspectos relacionados ao desempenho das funções; (4) Clareza e organização do plano de ação; (5) Consistência das ações (Há possibilidade real de implementação?); (6) Estratégias de redução da evasão escolar; (7) Estratégias de melhoria do desempenho e sucesso escolar; (8) Estratégias para promover a integração família-escola; (9) Conhecimento, planejamento e execução dos recursos financeiros (verbas federais e municipais); (10) Planejamento de ações comunitárias e parcerias apresentadas

e (11) Conhecimento específico sobre a U.E. pretendia (Infraestrutura, rede física, desempenho, matrícula e projetos). Não há um detalhamento dos critérios e das condições que deveriam ser consideradas pelos avaliadores em cada item.

A Tabela 1 apresenta os conceitos que foram atribuídos ao longo destes quase três anos de peregrinação pelas bancas avaliadoras:

	Banca 1	Banca 2	Banca 3	Banca 4	Banca 5	Banca 6	Banca 7	Banca 8	Banca 9	Banca 10
1	R	I	B	B	R	R	R	O	R	B
2	R	R	B	B	R	B	B	O	B	B
3	R	R	B	B	R	B	B	MB	B	NA
4	I	I	R	R	I	R	R	B	R	R
5	I	I	R	R	I	I	R	B	R	R
6	R	I	R	R	I	I	R	MB	R	R
7	R	R	R	B	I	R	B	MB	I	R
8	I	R	R	R	I	I	R	MB	R	B
9	I	R	R	R	I	R	R	O	B	R
10	I	R	R	B	I	R	R	B	B	B
11	R	I	I	R	I	R	R	B	R	R

Tabela 1. Peregrinação pelas bancas avaliadoras.

Entre a banca 1 e a 2 houve um intervalo de apenas sete dias; entre as bancas 5 e 6 um intervalo de apenas doze dias, entre as bancas 7 e 8 um intervalo de 23 dias e menos de um mês separou a banca 8 da 9. Quatorze dias separaram a banca 9 da 10. Uma vez que em muitos dos intervalos entre uma banca e outra não haveria sequer a possibilidade de falha ou de aprimoramento profissional na maioria dos itens já que foram realizadas em pleno período de férias e/ou recesso escolar (casos das bancas 1, 2, 5, 6 e 9 por exemplo), fica a dúvida do quê, de fato, se levaria em conta para atribuir conceitos tão distintos.

Levando-se em conta que todas as bancas utilizaram o mesmo instrumento de avaliação, salta aos olhos a variação dos conceitos atribuídos, o que nos despertou a hipótese de uma indesejável prevalência de sentimentalismos, achismos e subjetivismo excessivo.

Há um sem número de caminhos de análise dos conceitos atribuídos por cada banca. Todos eles discutíveis e questionáveis (como deve ser toda avaliação!). Optamos por problematizar apenas as incongruências mais gritantes e os acontecimentos mais acintosos. Nossa análise vale o quanto pesa. É um interpretação entre tantas outras possíveis. Sua possível originalidade talvez esteja no fato de que se trata de um caso singular de um servidor que já ocupou o cargo

de diretor em duas escolas na rede municipal tendo, inclusive, alcançado as metas do IDEB previstas para o período em questão.

2.1 Assiduidade e pontualidade

Eis um item passível de parâmetros bem objetivos pois, salvo engano, trata-se do manejo das quantidades de dias trabalhados, ausentes, das licenças e impontualidades. Observe-se, no entanto, que na prática a “teoria é outra”. O conceito I atribuído pela banca 2 e o conceito B concedido pela banca da 3, ou seja, a menos de cinco meses depois demonstram não haver uma lógica razoável. E o que dizer do R concedido pela banca 7 e menos de um mês depois um O pela banca 8 regredindo novamente para R na banca 9 passados menos de um mês? Qual é o critério adotado? Faltas e licenças ao longo de toda a vida funcional, no último semestre ou no último mês? Mas como seria então neste caso, já que, felizmente, este servidor nunca tirou qualquer licença médica até a data da última banca?

2.2 Quanto aos demais aspectos da vida funcional

Neste item não fica claro o que é que se pretende avaliar ao certo. Pelo questionário que nos é solicitado preencher, aventamos que se trata da sua trajetória na rede, dos cargos e/ou funções já ocupados. É possível que também aí se leve em conta punições e aspectos disciplinares ou coisas semelhantes. O fato é que fica patente a falta de critério consistente, seja porque foram atribuídos três Rs, quatro Bs e um O, seja pelo fato de que, como se vê numa mesma CRE, concedeu-se o conceito R (banca 5) e o conceito B (banca 6) com apenas doze dias de diferença entre elas. Quem explicaria tal avanço “na vida funcional” em pleno gozo das justas e merecidas férias?

2.3 Quanto aos aspectos relacionados ao desempenho das funções

Eis aí outro item cujos critérios a serem levados em conta dificilmente possibilitam ao avaliado uma chance de entendimento, defesa e mesmo de aprimoramento. Não fica claro o que é levado em conta nesse item. Ao todo foram concedidos 3 Rs, 5 Bs e 1 MB. E mais uma vez, repetiu-se o mesmo mistério nas bancas 5 e 6 onde, com dozes dias de férias entre uma avaliação e outra, salta-se do conceito R para o B, sabe-se lá por que cargas d’água...

2.4 Clareza e organização do Plano de Ação

Neste item há aspectos objetivos a serem considerados. A resolução propõe um limite de 4 laudas e que o plano de gestão abarque aspectos pedagógicos, administrativos e comunitários. Foram atribuídos 3 Is, 5 Rs e 1 B. Repete-se nas bancas 5 e 6 o mesmo “tropeço avaliativo” onde num intervalo de 12 dias, houve avanço de conceito I para R mesmo tendo apresentado planos de ação muito semelhantes já que se tratavam de vacâncias em duas escolas de 2º segmento.

Ademais, havendo problemas graves na apresentação do plano, o esperado era que isso fosse sinalizado na análise final da banca, o que invariavelmente jamais ocorreu. Em suma, não sinalizam qualquer problema na organização do Plano de Ação e, contraditória e inadvertidamente, concedem os piores conceitos.

2.5 Consistência das ações (há possibilidade real de implementação?)

Neste item foram atribuídos o maior número dos piores conceitos: 4 Is, 4 Rs e 1 B. Quais seriam os critérios utilizados pela banca para antever e decidir que uma determinada ação não terá êxito? Não raro alguns membros das bancas jamais dirigiram escola. Nas vezes em que possuíam a experiência em gestão, já não o faziam a mais de cinco anos. Esse distanciamento permite questionarmos a base ou fundamento que alguém já distante do desafio da gestão escolar teria se apoiado para condenar sem evidências, uma ação planejada que jamais tenha sido testada. Há visível falta de autocrítica da banca que, invariavelmente, não reconhece que muitos dos problemas que essas escolas em vacância apresentavam (e até hoje apresentam!) se devem também às suas ausências, seus erros ou omissão. Teriam elas, de fato, a solução para os problemas da escola? Se tinham, porque é que deixaram a escola chegar ao patamar que chegaram? Ressalte-se que na escola da banca 3, a candidata aprovada pela banca pediu exoneração após três meses de gestão. Fomos informados de que o motivo teria sido desentendimento com os professores do PEJA. Adoraria ouvir a explicação da banca avaliadora quanto a “consistência das ações” da chapa selecionada e sua posterior invalidação empírica. Vale ressaltar que as ações propostas no plano reprovado pela banca foram frutos da experiência de sete anos de gestão na própria SME/RJ cujos resultados foram testados e validados empiricamente no chão da escola.

2.6 Quanto às estratégias de redução da evasão escolar

Neste item, a falta de bom senso e autocrítica são flagrantes. Se formos honestos, teremos de admitir que nas escolas onde há casos de evasão escolar, nem a direção, nem a CRE, nem a própria SME deram conta de solucionar o problema isoladamente. O Projeto Aluno Presente, realizado em 2013, deu mostras de que a questão da evasão escolar não será resolvida facilmente. Requer ações intersetoriais e multidisciplinares persistentes. Não se trata de dispensar a responsabilidade da escola e do gestor, mas de reconhecer que o tema transcende a possibilidade de solução unilateral donde segue que deveria haver maior complacência ao analisar-se esse item. Pergunto: com base em quais premissas, quais estudos, qual fundamentação e em quais evidências uma banca é capaz de julgar uma estratégia de combate à evasão escolar? Se consideraram frágeis ou vulneráveis as estratégias do candidato, por que é que não apontam os ‘furos’ no

parecer final da banca? Se não foi explicitado por ele, por que não o interrogaram ao longo da sabatina?

2.7 Quanto às estratégias de melhoria de desempenho e sucesso escolar

Aqui a subjetividade impera. As bancas 1, 2, 3, 5, 6 e 9 tratavam de vacâncias em escolas de segundo segmento, modalidade de ensino onde a SME/RJ apresenta números sofríveis: apenas 1,1% das escolas alcançaram o IDEB 6,0 e nada menos que 87% delas estão em situação de atenção ou alerta. Se tivéssemos encontrado as melhores estratégias para a melhoria de desempenho, não estaríamos ostentando tão baixos índices de aprendizagem e de desenvolvimento neste segmento. Alheias aos dados e, não raro, lançando mão de uma teoria pedagógica um tanto carente de concretude, nossas bancas invalidam facilmente qualquer proposta que não lhes soe bem aos ouvidos, mesmo que não tenha sido testada empiricamente nem pelo candidato e muito por elas. Ressalte-se que as escolas das bancas 1, 2 e 3 continuam em estado de alerta na avaliação do MEC, patinando em IDEBs 3,6 - 3,3 - 3,9 respectivamente desde 2014 até o presente momento. Não estamos sugerindo que, caso tivesse sido aprovado, este teria feito melhor, mas sim, chamando atenção para o fato de que as bancas avaliadoras falham nos seus critérios de análise deste item posto que aprovaram (sabe-se lá por qual motivo!) chapas cujas estratégias apresentadas não resultaram na melhoria de desempenho e muito menos no sucesso escolar dessas unidades escolares.

2.8 Quanto às estratégias para promover a integração família/escola

O que seria uma boa integração família/escola? Como mensurar e avaliar o impacto de uma ação que está sendo proposta sem ao menos testá-la empiricamente? Neste item, por falta de critérios mais objetivos e específicos, a subjetividade da banca atropela qualquer proposta que não lhe agrade, que não lhe soe bem. Uma das estratégias apresentadas a todas as 10 bancas foi testada empiricamente pelo candidato, durante os anos em que foi diretor de uma das Escolas do Amanhã na 6ª CRE. Bimestralmente abria-se a escola em três dias consecutivos (sexta, sábado e domingo!) e horários alternativos, para possibilitar que os pais que trabalhavam longe e em regimes de bico, turno ou pernoite pudessem ter a chance de acompanhar a vida escolar de seu filho. Estranhamente foram concedidos três conceitos Is e cinco Rs e um MB. O maior problema é que jamais apontam as fragilidades da proposta do candidato. Isso impede o aprimoramento do avaliado.

2.9 Conhecimento, planejamento e aplicação dos Recursos Financeiros (Verbas Federais e Municipais)

Outro item cujos aspectos objetivos são claros e até mesmo fáceis de

identificar. Mesmo de posse de uma declaração atestando sua total correção quanto aos processos de prestação de contas de verbas municipais e federais sob sua responsabilidade, incompreensivelmente, foram concedidos cinco conceitos Rs, dois conceitos Is e apenas um O. Como é que um critério tão objetivo pode variar do I ao O. Qual terá sido o motivo para receber da banca 5 o conceito I e doze dias depois, ter recebido o conceito R da banca 6?

2.10 Quanto ao planejamento de Ações Comunitárias e busca de parcerias apresentadas

Outro item tendencialmente objetivo, ao menos no que tange às parcerias. Em todas as bancas apresentou-se no mínimo três entidades parceiras, sendo que na banca 8, foram apresentadas 4 parcerias (dentre as quais uma parceria com o Laboratório de Dinâmica dos Fluidos do Instituto de Matemática da UFRJ) e uma parceria internacional com uma ONG Suíça com a qual seria desenvolvido um projeto de troca de correspondências entre os alunos da escola pública e filhos de brasileiros que moram na Suíça. Na série histórica deste item, foram concedidos dois conceitos “Is”, quatro “Rs” e três “B”. Mais uma vez, não se justifica o baixo conceito, tampouco fundamenta-se. Isso impede qualquer desenvolvimento de quem é avaliado.

2.11 Conhecimento específico sobre a U.E. pretendida (infraestrutura, rede física, desempenho, matrícula e projetos)

Aqui o controle da subjetividade excessiva é claramente possível. Bastaria que a banca fizesse uma arguição aos candidatos para saber até que ponto estes conseguiram levantar um conhecimento mínimo da unidade pretendida que seja compatível com o interesse de assumir a sua gestão. Infelizmente não é disso que se trata. Embora o artigo 2º da resolução em seu parágrafo 3º concedesse a não exigência de que o candidato inscrito estivesse lotado na unidade escolar em vacância, os membros da banca, inadvertidamente, levavam esse detalhe em conta, ainda que não de maneira explícita. Em muitos casos, prevaleceu a ética dos afetos, ao arrepio da própria legislação vigente.

3 | AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA. PARA ENFRENTAR AS MAZELAS DA AVALIAÇÃO DESDE O NÍVEL CENTRAL

Embora a reprovação escolar e aprovação automática sejam, em tese, dois conceitos reconhecidamente nocivos e muito combatidos nas discussões acerca da avaliação educacional, contraditoriamente, aqueles que deveriam zelar pela sua erradicação, dão exemplos consecutivos de como reprovar sem a devida fundamentação e de como aprovar automaticamente com base em mero sentimentalismo. Desgraçadamente, fez-se da legislação apenas uma roupagem

nova que, ao fim e ao cabo, apenas oculta e perpetua a mesma prática anterior de se indicar a bel prazer com base num excessivo subjetivismo. Antes assumia-se honesta e abertamente que o procedimento natural era a indicação via Coordenadoria Regional de Educação, hoje traveste-se de legalidade algo que, em essência, constitui-se num retrocesso, pois legitima e introjeta vícios privados que não geram benefícios públicos.

Nossa proposta vai no sentido de buscarmos democratizar ainda mais nossos processos de avaliação. Não há educação democrática sem avaliação democrática. A ética dos fins (democracia) deve definir os meios utilizados (avaliação democrática). Como diria Gandhi, devemos ser a mudança que queremos ver no mundo. A fim de que se evitem tantos atropelos, equívocos grosseiros e o excesso de subjetividade dos membros das bancas, apresentamos as seguintes contribuições para o aprimoramento deste processo de seleção de diretores para escolas públicas em vacância:

3.1 É preciso disponibilizar dados da própria SME sobre a unidade em vacância

Os editais são publicados com um prazo de cerca de três dias para a inscrição. Produzir dados em tão pouco tempo não é tarefa fácil para o professor em sua rotina cotidiana. Ao mesmo tempo, não se deveria prescindir do uso de dados, insumos e de referências baseadas em evidências, para tomar a difícil decisão entre quem é selecionado e quem não será. Neste escopo, há que se tornar público os dados da escola em vacância até mesmo para se aperceber como o candidato faz uso deles para propor um plano de gestão. Sabemos que as estatísticas são o resultado da observação, da ótica de um observador e, como diria Cesar Benjamin (2004, p.54), que “médias devem ser usadas com muita prudência, pois às vezes escondem mais do que mostram e induzem a falsas conclusões”. Salvo engano, um bom candidato e uma boa banca saberão encontrar o equilíbrio delicado entre não aceitar os dados de maneira submissa, tampouco de rejeitá-los teimosamente. Já imaginaram como seria se nossos professores resolvessem atribuir conceitos ao ‘deus dará’, aprovando e reprovando seus alunos sem qualquer dado concreto e minimamente observável e consistente?

3.2 O Avaliado precisa entender

O avaliado precisa compreender as razões da avaliação, para não se sentir apenas como vítima de um procedimento de cima para baixo, de fora para dentro, estranho, violento. Assim como desejamos que o professor, ao avaliar seu aluno, faça com que este se sinta “cuidado”, seria essencial que o professor, o candidato a qualquer cargo ou função interna na estrutura da SME se sinta cuidado. Avaliar é

estar por perto, disponível, acessível. Para a concepção de avaliação que precisa vigorar na rede, a publicação do resultado não pode ser nem o ato seco de uma autoridade superior que despacha vereditos, tampouco aquela reunião ‘acolhedora’ e gentil onde se reúne os candidatos para proferir um resultado final onde, a rigor, não se explicita os reais motivos da aprovação e/ou da reprovação com base em dados e argumentos bem fundamentados. Nas dez bancas referidas, os motivos da reprovação jamais foram explicitados. As justificativas variam de incompreensíveis a obscuras (invariavelmente não se baseiam em dados) havendo até aquelas onde há erros de português e erros de concordância imperdoáveis para um processo de tamanha relevância.

Surpreende que as equipes da área pedagógica da SME/RJ não se cansam de solicitar que a avaliação precisa ser, como diria Moretto (2002), “um momento privilegiado de estudo e não um acerto de contas”, o que implicaria em no mínimo apresentar-se o gabarito e discutir os critérios que embasaram a avaliação, mas quando têm a chance de dar o exemplo concreto de como fazê-lo, lamentavelmente não o fazem.

3.3 Avaliado precisa poder recalitrar

Sendo todo processo avaliativo questionável (Demo, 2006), torna-se imprescindível que o avaliado ao entender o processo possa em seguida questioná-lo. Da mesma forma que sonhamos com o dia em que professor e aluno serão capazes de sentar e trocarem impressões sobre aquela pergunta ou aquela resposta que talvez tenha sido mal interpretada ou mal posta, discutir uma nota que tenha lhe parecido inadequada ou injusta etc., *mutatis mutandis*, valeria o mesmo os outros níveis da gestão educacional. Poderia se objetar que estaríamos confundindo a posição de um aluno com a de um candidato a algum cargo ou função internos. De fato, há diferenças importantes, porém o que se questiona aqui é que há uma concepção de avaliação (avaliar para promover, para incluir, para cuidar que o outro aprenda) que se deseja construir que independentemente do âmbito de que se trata, precisa ser preservada.

Questionar aqui significa abrir um canal de diálogo onde avaliador e avaliado podem ouvir e ser ouvidos, o avaliado pode pedir explicações acerca de algum item que não tenha ficado tão claro, o avaliador diante da argumentação do avaliado poderia inclusive promover a alteração da nota atribuída, assim como pode não haver mudança de nota e nem por isso o avaliado sairia da conversa sentindo-se derrotado. Não significa que o candidato avaliado teria poderes de decidir alterar unilateralmente sua nota, tampouco fazer apenas aquilo que considera adequado.

Em nenhuma das dez bancas essa possibilidade de contra-argumentar, de questionar foi concedida. Veja-se o quão difícil é fazer da avaliação um jogo aberto,

porque tradicionalmente o que sempre houve é jogo nenhum: um lado apenas impõe, o outro engole secamente. Nada mais contraditório para nós que almejamos fundamentar a competência e a cidadania do aluno. Como construir no professor a abertura para o diálogo constante, para o exercício da contra-argumentação civilizada e a habilidade de “convencer sem vencer” (Demo, 2005) sem colocarmos isso em pratica cotidianamente?

3.4 Apresentar critérios transparentes

Todo processo avaliativo bem feito baseia-se em critérios construídos com fundamentação adequada. Se almejamos criar um ambiente de confiança mútua, o conhecimento dos critérios constitui-se talvez a única referência capaz de sustentar a autoridade do avaliador sem recair em autoritarismos.

A falta de detalhamento dos critérios utilizados para avaliação nas bancas de vacância cria uma frouxidão tão grande que abre espaço ao domínio da subjetividade excessiva e do sentimentalismo dos avaliadores que ao decidirem livremente o caminho a ser percorrido não raro enveredam pela via da “aprovação automática”. Sim, estou sugerindo que há casos em que o edital de vacância não passou de mera formalidade para se colocar quem já se queria. Aprova-se automaticamente também no nível central e intermediário!

A sugestão para cuidar deste imbróglgio é a de tornar público todos os planos de gestão das chapas que saírem vitoriosas seja das consultas à comunidade (eleições de diretores), seja das chapas aprovadas pelas bancas avaliadoras por meio dos editais de vacância ao longo dos anos letivos. Planos exitosos precisam ser explicitados a fim de servirem de modelo e inspiração para outrem. Além disso, seria uma boa forma para que o Conselho Escola Comunidade pudesse acompanhar e participar democraticamente dos rumos da gestão escolar.

3.5 É preciso criar um processo para avaliar o avaliador

Em todas as bancas avaliadoras mencionadas, jamais houve abertura para que os avaliadores fossem avaliados pelos candidatos. Permitir que o candidato grave sua apresentação à banca já seria um importante passo para que se possa, em caso de divergência, abrir um recurso em contraposição à banca. Assim como sonhamos com o dia em que os docentes aceitarão de bom grado um feedback produzido pelos seus alunos sobre seu desempenho como professor, seria muito coerente que aqueles servidores que nos avaliam sejam também avaliados. Assim como a coerência da crítica está na autocrítica, seria, no mínimo contraditório (e péssimo exemplo para a rede!) querer avaliar e recusar-se a ser avaliado.

4 I PARA UMA PEDAGOGIA DA AVALIAÇÃO

“É preciso reduzir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

Paulo Freire

Dentre todos, o maior risco seria não admitirmos a existência desse descompasso entre a teoria da avaliação que se prega e a prática de avaliação que se concretiza. Uma primeira consequência de tal negação seria a tentativa de dissociar a avaliação que se faz de servidores adultos num processo seletivo interno da avaliação que se faz do aluno em sala de aula.

De fato, são processos distintos, mas jamais indissociáveis. Em qualquer espaço educativo e qualitativo, a avaliação tem uma única razão de ser: recuperar todo dia a oportunidade de desenvolvimento. Essa essência da avaliação precisa ser preservada desde o gabinete até a sala de aula, indistintamente. Precisa tornar-se cultura da rede, ser seu *modus operandi* em todo e qualquer processo avaliativo. Qualquer tentativa de aprimorar a cultura escolar acerca da avaliação exigirá este forte senso de coerência.

Os critérios de avaliação do instrumento utilizado pelas bancas deveriam passar por uma ampla discussão com o objetivo de torná-los conhecidos e consensuais na rede. Ademais, tão nocivo quanto um instrumento avaliativo que deixa brechas para a excessiva subjetividade dos avaliadores é não se avaliar o avaliador, deixando que este faça o que bem entende. Isso vale tanto para o docente em sala de aula, quanto para o comissionado do nível central e nível intermediário.

Em 2017, o inovador processo seletivo para Coordenador Regional de Educação, ao implementar o sistema de “banca recursal” criou a possibilidade de superação dos vícios do passado, abrindo espaço para o surgimento de algo novo que, precisa ser guiado por uma equipe, crítica e autocrítica, tecnicamente sólida e eticamente orientada para esse fim.

Saber avaliar é habilidade crucial do educador. Não se avalia qualquer coisa ou de qualquer maneira, mas o que imaginamos importante avaliar e da maneira que melhor corresponderia ao objetivo da avaliação.

Que a avaliação praticada na maior rede pública municipal de ensino da América Latina não prescinda do seu caráter emancipatório e includente.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Avaliação: para cuidar que o aluno aprenda**. São Paulo: Editora Criarp, 2006, p.19.

DEMO, Pedro. **Argumento de autoridade X Autoridade do argumento**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2005.

BENJAMIN, César. **Bom combate**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova – um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. **MULTIEDUCAÇÃO: Núcleo Curricular Básico**. Rio de Janeiro, 1996.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 47, 207, 212, 298

Aprendizagem 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 27, 42, 46, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 124, 127, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 187, 189, 190, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 242, 256, 257, 258, 259, 260, 266, 267, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 285, 286, 287, 290

Ausubel 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Autismo 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 228, 229, 230

Avaliação 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 89, 105, 124, 142, 158, 164, 171, 174, 186, 187, 189, 191, 236, 256, 267, 275

Avaliação democrática 22, 28, 29

C

Comunidade rural quilombola 34, 35, 46, 50, 51, 52

Contexto escolar 85, 87, 91, 97, 114, 117, 167, 175, 180, 187, 214, 237

Crianças 3, 4, 5, 8, 9, 38, 44, 57, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 101, 111, 145, 147, 157, 177, 178, 200, 202, 211, 212, 228, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 266, 267, 274

Crianças surdas 253, 254, 255, 256, 260, 261, 264, 266, 267

Currículo 7, 15, 17, 21, 41, 46, 48, 51, 75, 80, 88, 138, 172, 174, 196, 229, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 258, 273, 276, 279

D

Deficiência visual 63, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 273

Desempenho 21, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 50, 65, 87, 91, 93, 97, 106, 164, 179, 192, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 270

Dificuldades de aprendizagem 2, 3, 4, 8, 13, 20, 177, 179, 190

E

EAD 34, 35

Educação 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 97, 98, 99, 102,

103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 290, 294, 296, 297, 298

Educação inclusiva 65, 67, 68, 72, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 118, 121, 192, 218, 229, 253, 254, 255, 256, 260, 264, 266, 267, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 282

Educação infantil 2, 73, 157, 160, 162, 163, 207, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267

Educação matemática 73, 152, 215, 219, 229, 283, 290, 296, 297, 298

Educação quilombola 34, 35, 46, 48, 50, 52

Educador social 123

Ensino 1, 2, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 27, 32, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 134, 136, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 182, 187, 189, 191, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 212, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 227, 228, 229, 232, 233, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 249, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 295, 296, 298

Ensino na saúde 76

Escola 1, 5, 8, 9, 13, 16, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 41, 44, 50, 55, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 74, 76, 78, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 114, 115, 116, 122, 132, 135, 136, 141, 146, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 166, 170, 172, 178, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 222, 223, 229, 232, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 264, 267, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 297

F

Formação 2, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 35, 39, 42, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 63, 70, 71, 73, 75, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 135, 136, 138, 151, 153, 154, 155, 156,

157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 194, 195, 202, 207, 209, 212, 217, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 245, 247, 254, 256, 257, 258, 260, 264, 268, 269, 272, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 294, 295, 296, 297, 298

Formação de professores 50, 71, 122, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 190, 192, 231, 232, 233, 235, 237, 242, 258, 275, 285, 294, 295, 298

G

Gestão escolar 22, 26, 31, 98, 198, 207

Globalização 115, 193, 196

H

Hábitos familiares 85

Histórias em quadrinhos 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62

I

Impactos 114, 193, 196, 214

Inclusão 41, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 162, 207, 228, 229, 230, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 278, 279, 280, 281, 282

Inclusão escolar 63, 66, 67, 69, 72, 108, 113, 121, 207, 273, 278

Inclusão qualificada 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Inovação educacional 76

Intervenção pedagógica 59, 215

J

Jovem agricultor 123

L

Laird 139, 140, 141, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

LDB 41, 87, 88, 106, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 239, 250, 252

Leitura 5, 7, 8, 9, 10, 16, 40, 46, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 87, 133, 134, 182, 231, 233, 252, 263, 268, 279, 286, 294, 296

M

Materiais didáticos bilíngues 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 264, 265, 267

Medicalização 177, 179, 187, 190, 191, 192

Metodologias ativas 13, 16, 19, 21

Métodos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 47, 75, 105, 135, 151, 152, 159, 179, 197, 229, 252, 257, 258, 296

Multiletramentos 231, 233, 235, 239, 240, 241, 242

P

Pedagogia crítico-reflexiva 243

Pedagogia da alternância 123, 125, 126, 138

PNE 243, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 256, 258

Políticas públicas 39, 46, 64, 67, 205, 213, 232, 235, 243, 246, 251, 256, 281

Posturas educativas 167, 168, 169, 171, 172, 175

Prática pedagógica 3, 6, 7, 71, 74, 109, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 237, 239, 240, 274

Processo pedagógico 108, 112, 115, 116, 221, 262

Processo seletivo 22, 23, 32, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 210

Produção textual 53, 60, 61, 62

Professores 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 20, 23, 26, 29, 40, 45, 49, 50, 54, 57, 59, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 85, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 111, 112, 113, 118, 119, 121, 122, 145, 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 246, 254, 256, 258, 260, 267, 269, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 294, 295, 296, 297, 298

Psicologia escolar 177, 180, 191

R

Recursos tecnológicos 15, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 278, 280

Rotatividade 137, 199, 200, 201, 212, 213

S

Sequência didática 53, 59, 60, 61

Sistema único de saúde 13, 14, 15, 16

T

Tecnologias digitais 21, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242

Teorias cognitivistas 139, 141

Teorias da aprendizagem 139, 140, 148, 149, 151

Transição 19, 85, 86, 90, 91, 106, 166, 273

Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade 177

V

Vergnaud 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152

Vínculo 89, 124, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 272, 278

Vivências 46, 82, 85, 169, 172, 178, 180, 185, 190

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br